

Cadernos ASLEGIS

ISSN 1677-9010 / www.aslegis.org.br

A especificidade epistemológica da sociologia: ensaio sobre a natureza do conhecimento sociológico

Manoel Adam Lacayo Valente*

Consultor Legislativo da Área de Direito Administrativo e de
Administração Pública da Câmara dos Deputados

“Sumário. 1. Introdução. 2. Sobre os
quatro paradigmas epistemológicos das
ciências sociais. 3. Sobre o paradigma
hermenêutico e sobre a dupla
interpretação: a posição singular de
Roberto Cardoso de Oliveira. 4.
Conclusão. 5. Bibliografia.”

* Manoel Adam Lacayo Valente é bacharel em Direito, com habilitação em Direito Público, bacharel em Comunicação Social, Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília, na linha de pesquisa da Sociologia Política, e Advogado.

1. INTRODUÇÃO

A história da sociologia tem seu início em um contexto marcado, nitidamente, pela valorização do ideal iluminista, que celebra a razão como um dos seus pilares. Com efeito, o iluminismo, caracterizado pela defesa da ciência, da racionalidade e da secularização do conhecimento, influenciou com vigor as concepções dos fundadores da sociologia. O pensamento de **Auguste Comte (1798-1857)**, com a sua idealização da sociologia como física social, e a obra de **Émile Durkheim (1858-1917)**, onde os fatos sociais eram vistos como coisas e, por consequência, deveriam ser estudados pelos mesmos métodos aplicados às ciências naturais, consolidaram a perspectiva positivista no âmbito da sociologia, com o enaltecimento da objetividade, da neutralidade e do afastamento da dimensão subjetiva no contexto da socialização. Dessa forma, afastada a dimensão subjetiva da teoria sociológica, a sociedade seria explicada por um **paradigma holista**, no qual o indivíduo seria um derivativo das forças coercitivas presentes no todo social.

Fernando Antônio Ferreira de Barros (2000, p. 295) traduz a postura metodológica de Durkheim com as seguintes palavras:

Na sua visão, a explicação sociológica consistia em estabelecer relações de causalidade, quer se tratasse de ligar um fenômeno à sua causa ou uma causa a seus efeitos úteis. Para demonstração dessa causalidade quando fosse impossível a demonstração pela experimentação, fazia-se uso da comparação. Tinha Durkheim, portanto, o firme propósito de caracterizar a constituição da sociologia dentro dos mesmos padrões científicos das ciências naturais.

O livro “As Regras do Método Sociológico”, de Émile Durkheim, publicado em 1895, consolida a concepção metódico-positivista de encarar a dinâmica da sociedade, pela qual “os fenômenos sociais têm uma realidade objetiva, sendo portanto exteriores aos indivíduos; só podem ser explicados por outros fatos sociais e apresentam uma maneira de ser constante, uma natureza que não depende do arbítrio individual” (Barros, 2000, p. 296).

Essa tendência metodológica, de cunho holista-positivista, veio encontrar, na obra sociológica de **Max Weber (1864-1920)**, uma reação privilegiadora da dimensão subjetiva na construção do conhecimento social. Com efeito, o pensamento weberiano, **ao redefinir o objeto de estudo da sociologia como sendo a ação social**, promoveu uma guinada epistemológica que abriu espaço para valorização científica da faceta subjetiva envolta na ação social. Nesse sentido, o conhecimento sociológico, na perspectiva de Weber, não poderia escamotear, para fora do enfoque metodológico, a dimensão subjetiva da ação social, que é, em essência, a matriz determinante de significação dessa mesma ação social. Na concepção weberiana, o que importa para o cientista social é o sentido subjetivo que o agente da ação social lhe empresta. Para Weber, a compreensão dos sistemas sociais passa, necessariamente, pelo exame do significado que os atores atribuem ao que fazem.

É importante destacar que a perspectiva weberiana, privilegiadora da dimensão subjetiva da interação social, se inseria em um contexto mais amplo de reflexividade e que tinha como escopo estabelecer uma epistemologia adequada à especificidade das ciências sociais, “que deveriam ter um modelo de explicação próprio, diferente do das ciências naturais” (Japiassú; Marcondes, 1996, p. 274). Nesse contexto, vale transcrever as palavras de **Héctor L. Saint-Pierre (1999, p. 19)** sobre o debate epistemológico que envolveu as ciências sociais na metade do século XIX:

Para melhor compreender a preocupação metodológica de Max Weber, é preciso situar seu pensamento no terreno em que surge. Assim, ver-se-á o importante debate gnosiológico e metodológico que, na segunda metade do século XIX, se travou em torno do estatuto das ciências sociais e que fertilizou de maneira original a análise epistemológica na Alemanha da época. Dilthey, Windelband e Rickert, sem desmerecer a importante contribuição de Simmel, são os principais pensadores que marcaram as discussões, e é por meio de suas concepções que se poderá dimensionar a contribuição weberiana para o debate em que a epistemologia alemã vem forjando e destacando sua identidade.

O que estava em questão era todo o edifício das ciências sociais, tanto em seus fundamentos quanto nos seus instrumentos metodológicos. Desde a historiografia até a investigação sociológica que naqueles anos se vinha autonomizando, desde o direito até a economia, discutiam-se, primeiramente no âmbito da investigação específica e a seguir abarcando as ciências histórico-sociais como um todo, seus pressupostos epistemológicos e a validade de seus resultados. Na medida em que a proposta consistia em definir a especificidade das ciências histórico-sociais destacando-as em sua autonomia, foi preciso enfrentar todo tipo de reducionismo. Daí a oposição tanto ao positivismo como ao romantismo, visto que o primeiro pretendia reduzi-las às ciências da natureza, e o segundo à filosofia.

Uma vez que as ciências histórico-sociais se apresentam como um tipo de conhecimento heterogêneo em relação ao das ciências da natureza, surgia a necessidade de definir claramente essa heterogeneidade na sua especificidade e determinar as condições sob as quais se poderia reconhecer validade objetiva a esse conhecimento. Quanto a tais determinações, podem-se caracterizar duas posições em que se agrupam os debatedores: uma representada por Dilthey, outra por Windelband e Rickert.

Dilthey fala de 'ciências do espírito', das quais fazem parte as ciências histórico-sociais e a psicologia, que se opõem às ciências da natureza porque seus objetos são ontologicamente diferentes. Essa diferença, por sua vez, condicionará a diversidade metodológica entre os dois tipos de conhecimento, desde que a relação entre sujeito e objeto já não é a mesma. No caso das ciências da natureza, o objeto é estranho ao sujeito, e seu comportamento independe do observador. Pelo contrário, o objeto das ciências do espírito é o próprio

mundo cultural a que pertence o sujeito cognoscente. O resultado do estudo desse mundo como produto espiritual é incorporado por meio da inserção do sujeito no mundo do espírito, modificando-o. Assim se relacionam três elementos que constituiriam o fundamento da teoria gnosiológica de Dilthey: o plano imediato da experiência, o Erleben; a expressão pela qual este se objetiva historicamente; e a compreensão, a Verstehen, que recupera o significado dessa objetivação remetendo-a à sua origem, isto é, ao espírito que a gerou. Enquanto nas ciências da natureza o método principal consiste em explicar causalmente os fenômenos, subsumindo-os a leis gerais, o método característico das ciências do espírito consiste na Verstehen. Esse método é um processo semelhante à introspecção, e é por seu meio que o cientista consegue remontar desde o historicamente objetivado até o espírito dos homens que o produziram. Para Dilthey, a conexão entre as ciências sociais e a historiografia está dada pela Verstehen, método comum a ambas. Como as ciências sociais procuram as regularidades, ao passo que a historiografia destaca o singular e o original, as orientações generalizante e individualizante constituem processos complementares desse grupo de ciências. Portanto, para Dilthey, não será o tipo de orientação que as diferenciara das ciências naturais (como pretenderá Windelband). Pelo contrário, a distinção definitiva entre as ciências da natureza e as ciências do espírito, no terreno metodológico, estará para ele na antítese entre explicação, como remissão do fenômeno a leis causais, e compreensão, como mergulho empático no espírito dos agentes históricos em busca do sentido de sua ação.

A perspectiva de Weber, em parte tributária da originalidade da obra de Wilhelm Dilthey (1833-1911), mais especificamente dos argumentos constantes do livro “Introdução ao Estudo das Ciências Humanas”, publicado por Dilthey em 1883, adota a “*verstehen*” como

o método determinante para a apreensão e estudo das realidades sociais. Temos, então, uma mudança do enfoque sociológico do fato social para a ação social, da explicação casual para a compreensão do sentido subjetivo da ação social e, por consequência, do holismo metodológico para o individualismo metodológico.

A obra de Max Weber, no âmbito da sociologia, no que diz respeito à epistemologia dessa ciência, ao contrapor-se à postura de Durkheim, tuteladora do positivismo defensor da unicidade metodológica das ciências, instituiu a dualidade entre a postura explicativa (*erklären*) e a postura compreensiva (*verstehen*). O texto a seguir transcrito nos fornece, sinteticamente, uma visão do significado metodológico de cada uma dessas posturas científicas (Japiassú; Marcondes, 1996, p. 47):

Com a fenomenologia, a compreensão passa a ser definida como um mundo de conhecimento predominantemente interpretativo, por oposição ao modo propriamente científico, que é o da explicação. 'Nós explicamos a natureza, mas nós compreendemos a vida psíquica' (Dilthey). Enquanto a explicação constitui um modo de conhecimento analítico e discursivo, procedendo por decomposições e reconstrução de conceitos, a compreensão é um modo de conhecimento de ordem intuitiva e sintética: uma procura determinar as condições de um fenômeno, a outra leva o sujeito cognoscente a identificar-se com as significações intencionais. As 'ciências da natureza' se prestam à explicação, enquanto as 'ciências humanas' se prestam à compreensão. Enquanto a explicação detecta as relações que ligam os fenômenos entre si, a compreensão procede a uma apreensão imediata e íntima da essência de um fato humano, isto é, seu sentido.

“As repercussões das idéias diltheyanas nas proposições teórico-metodológicas de Weber constituem o primeiro momento da influência da hermenêutica sobre a epistemologia da sociologia” (Barros, 2000, p. 309).

Esse quadro introdutório exterioriza uma visão contextual sobre o debate referente aos paradigmas epistemológicos da sociologia, em seu momento histórico inicial. Posteriormente, ao longo do século XX, outros paradigmas surgiram com fundamentos que ora reforçavam a postura explicativa e que ora enfatizavam a indispensabilidade da postura compreensiva.

No rol dos novos paradigmas epistemológicos, a hermenêutica conquistou destaque e aceitação acadêmica, exercendo influência penetrante na configuração metodológica da sociologia.

2. SOBRE OS QUATRO PARADIGMAS EPISTEMOLÓGICOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A expressividade da hermenêutica na época contemporânea é inconteste. Sua dimensão revolucionária impôs uma “virada de mesa” na matriz do conhecimento sociológico, o que, por si só, atesta a potencialidade desse paradigma metodológico. A apresentação do quadro paradigmático, que compõe a matriz disciplinar das ciências sociais, possibilita, por avaliação comparativa, que se apreenda o caráter singular da perspectiva hermenêutica.

Roberto Cardoso de Oliveira (1998, p. 63-64), em texto sobre a crise dos modelos explicativos, aponta os quatro paradigmas básicos que constituiriam a matriz disciplinar da antropologia e que, em nosso entendimento, se aplicariam à sociologia. Esses paradigmas seriam os seguintes:

1. o racionalista e estruturalista, na acepção Lévi-straussiana, gerado no interior da tradição intelectualista europeia continental por intermédio da Escola Francesa de Sociologia;

2. o estrutural-funcionalista, cuja origem deu-se na tradição empirista igualmente europeia, porém insular, na Escola Britânica de Antropologia Social;

3. o culturalista, igualmente abrigado na tradição empirista anglo-saxônica, mas surgido na Escola Histórico-Cultural Norte-Americana; e, por fim,

4. o hermenêutico, vinculado à tradição intelectualista européia continental, reavivado, todavia, pelo 'movimento interpretativista' norte-americano, em uma tentativa de recuperação tardia de uma perspectiva filosófica do século XIX.

Comentando as origens desses paradigmas, **Roberto Cardoso de Oliveira (1998, p. 63-64)** faz as ponderações que seguem:

Cabe lembrar que os três primeiros paradigmas são igualmente produto desse mesmo século, mas como subproduto da Ilustração; o quarto paradigma constitui-se como reação à razão iluminista.

Segundo **Clifford Geertz**, citado por **Pedro Jaime Júnior (2002, p. 76)**, ocorreu, no âmbito das ciências sociais, um giro interpretativo que veio sedimentar a especificidade metodológica dessas ciências. A percepção de Geertz é apresentada, por Pedro Jaime Júnior, com as seguintes palavras:

O antropólogo norte-americano sugere que, a partir dos anos 1960, ocorreu um giro interpretativo nas Ciências Sociais. Desde então, elas deixaram de ser vistas como uma espécie de ciência natural atrofiada, para serem percebidas como uma ciência diferente. Houve, assim, progressivo abandono das Ciências Naturais como modelo a ser seguido.

Segundo Geertz, as Ciências Sociais distanciaram-se do ideal de explicação voltada para a construção de leis gerais de funcionamento da sociedade, ou para a construção de funções a partir do isolamento de variáveis, que marcara a abordagem positivista. Na nova perspectiva, caberia às Ciências Sociais a construção de interpretações, sempre provisórias, sobre a realidade social, em uma perspectiva compreensiva.

Esse giro interpretativo viria acompanhado do recurso a novas metáforas, para a compreensão do mundo social. Isso porque a mudança de objetivos

implica em alteração na retórica analítica, ou seja, quando o curso da teoria muda, as convenções, com as quais se expressa, também mudam. Novas estratégias discursivas, novas narrativas são criadas para apresentar a análise. Sendo assim, cada vez menos representa-se a sociedade como se fosse uma máquina ou um organismo. Ao invés de as metáforas inspiradoras advirem da Física ou da Biologia, elas são procuradas nas humanidades. O jogo, o drama e o texto tornam-se então imagens recorrentes para interpretar a realidade social.

Sobre a ocorrência do “giro interpretativo” ou da “queda do consenso ortodoxo” nas ciências sociais, **Fernando Antônio Ferreira de Barros (2000, p. 320)**, de forma sintética, expõe o significado desse movimento epistemológico:

*O que se pode concluir relativo ao que Giddens e outros autores parecem indicar como constitutivo de um novo referencial básico epistemológico em expansão na sociologia, está centrado no processo de superação da dicotomia tradicional entre *Erklären* e *Verstehen*. Este tema é abordado por Cardoso de Oliveira (1998) que faz uma equação desse processo, de forma original, denominando-o de “dupla interpretação”.*

Feitas essas considerações, que proporcionam uma contextualização do paradigma hermenêutico no universo da matriz disciplinar das ciências sociais, cabe agora apresentar alguns registros sobre esse paradigma e sobre a “dupla interpretação”.

3. SOBRE O PARADIGMA HERMENÊUTICO E SOBRE A DUPLA INTERPRE- TAÇÃO: A POSIÇÃO SINGULAR DE ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA

O ano da edição alemã, 1960, da obra “Verdade e Método”, de **Hans-Georg Gadamer**, pode ser tomado como marco temporal do processo de revitalização da hermenêutica como paradigma

epistemológico das ciências sociais. Com efeito, o livro de Gadamer provoca uma reviravolta no seio da filosofia da ciência com imediata projeção polemizadora na estrutura paradigmática das ciências sociais. “Verdade e Método”, partindo de premissas heideggerianas, **pertinentes à pré-estrutura do conhecimento**, põe em xeque postulados cristalizados no corpo da epistemologia das ciências sociais. Para Gadamer **a objetividade é uma aspiração ilusória**. “Na sua visão, o método científico não é a única via para o conhecimento. **No caso da hermenêutica, que busca o conhecimento através da compreensão interpretativa, há um entrelaçamento entre sujeito e objeto**. Pois, como explica o autor, na medida em que o homem compreende, a compreensão é constitutiva do ser. Por isso, ele adverte que a compreensão como método de base científica – que pressupõe objetividade – implica alienação, pois leva a um esquecimento do ser” (Barros, 2000, p. 311).

A recuperação da concepção heideggeriana de **pré-estrutura da compreensão, pela qual só conhecemos aquilo que estamos preparados para conhecer**, implica reconhecimento da importância da dimensão subjetiva no processo de conhecimento e que a compreensão não se realiza fora de um determinado contexto histórico e social, sendo, ao contrário, por ele moldada.

Em termos discriminativos poderíamos apontar as seguintes consequências decorrentes das idéias contidas em “Verdade e Método”:

1. O ser é o centro do processo de compreensão, logo a sua **pré-compreensão** (seus conhecimentos anteriores) estará presente no momento da compreensão.

2. A objetividade, como espelho de uma verdade unívoca, é uma ilusão e não se coaduna com a natureza do processo de compreensão.

3. A **pré-compreensão**, os preconceitos e os prejuízos não devem ser tomados como “defeitos” do processo de compreensão, tendo em conta que, por meio deles, é que nos aproximamos da realidade a ser conhecida. Eles representam a realidade histórica do sujeito cognoscente.

4. O ser que pode ser compreendido é a linguagem, o que denota a identificação radical entre ser e linguagem.

5. O objeto, no processo de compreensão, se insere no horizonte da linguagem e da história.

6. O processo de compreensão culmina com a “fusão de horizontes”, o que implica uma relação dialógica entre o intérprete e obra, ocorrendo uma fusão do horizonte histórico do texto com o do leitor.

7. A compreensão se realiza no âmbito do círculo hermenêutico, onde a parte é influenciada pelo todo e vice-versa.

8. A compreensão começa sempre com conceitos prévios que serão substituídos por outros mais adequados.

Essas diretrizes, insertas na obra “Verdade e Método”, constituem os fundamentos do paradigma hermenêutico, que reforça a postura compreensiva no campo da sociologia. A obra de Gadamer, ao abordar o tema da formação do conhecimento, reforça a especificidade epistemológica das ciências sociais e conserva a dualidade entre a postura explicativa e a postura compreensiva.

Uma proposta de superação da dicotomia “explicação” x “compreensão” foi elaborada por Roberto Cardoso de Oliveira (1998, p. 96-97) e fundamenta-se nas seguintes premissas:

Antes, devo dizer, que distingo interpretação de compreensão. Verstehen -, seguindo, aqui, Paul Ricoeur, quando esse autor examina a relação dialética entre compreensão e explicação em vários de seus escritos. Entretanto, se considerarmos que o conceito de interpretação é mais extenso - logicamente falando - que os de explicação e compreensão, uma vez que os recobre, totalizando-os em uma única categoria cognitiva, verificaremos que tanto a explicação como a compreensão passam a ter funções de adjetivar a interpretação. É o reconhecimento de que não há descrição, por mais intencionalmente objetiva que seja, sem um mínimo de interpretação. Está condicionada por um contexto intersubjetivo - a comunidade de profissionais da disciplina. Teríamos, assim, a interpretação explicativa e a interpretação compreensiva. Essas duas modalidades de interpretação

guardam entre si uma relação dialética, isto é, de mútua ou recíproca contaminação.

Para **Roberto Cardoso de Oliveira**, as duas modalidades de interpretação não são excludentes *ab initio*, apenas pela perspectiva de que este ou aquele paradigma pertence, com exclusividade, a esta ou àquela ciência. Essa postura de Cardoso de Oliveira reintroduz a “lógica do razoável” no âmbito da discussão epistemológica. Com efeito, as diversas facetas do objeto a ser estudado é que são determinantes para conduzir ao enfoque explicativo ou ao enfoque compreensivo e não o simples fato da taxinomia científica indicar que ciências naturais trafegam pela via da interpretação explicativa e que ciências sociais devem ser “clientes” da matriz compreensiva. Usando a retórica de Cardoso de Oliveira: **Momentos metódicos reclamam o emprego do método; momentos não-metódicos, com excedente de significação, são “domesticados” pela via da hermenêutica compreensiva.**

A não exclusão da validade dos dois tipos de interpretação, ainda consoante **Cardoso de Oliveira (1998, p. 106)** conduz a duas conseqüências: a primeira relacionada à superação do mito da objetividade absoluta e a segunda à rejeição do interpretativismo em sua feição “pós-moderna”.

4. CONCLUSÃO

O quadro epistemológico descrito neste ensaio revela que a matriz disciplinar das ciências sociais está inserida em um contexto de tensão entre paradigmas. Esse mesmo quadro aponta para a configuração alternativa de outras posturas epistemológicas que transcendem a dualidade metodológica clássica e contemplam a diversidade da realidade, sem o embaraço de querer aprisioná-la em uma “fôrma” inadequada. A sociologia, como ciência social, sofre os influxos dessas tendências, o que contribui para renovação de seus fundamentos metodológicos.

5. BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA**, Custódio Luis S. de. **Hermenêutica e dialética: dos estudos platônicos ao encontro com Hegel**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- BARROS**, Fernando Antônio Ferreira de. A influência hermenêutica no atual referencial epistemológico da sociologia. **Sociologias**, Porto Alegre: IFCH/UFRGS, n.2., p. 286-324, jan./jun.2000.
- BLEICHER**, Josef. **Hermenêutica contemporânea**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- COHN**, Gabriel. **Weber**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2000.
- DURKHEIM**, Émile. **As regras do método sociológico**. 15ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.
- GADAMER**, Hans-Georg. **Verdade e método**. 3ª ed. Petrópolis: R.J.: Vozes, 1999.
- _____. **Verdade e método II**. Petrópolis: R.J.: Vozes, 2002.
- JAIME JÚNIOR**, Pedro. Um texto, múltiplas interpretações: antropologia hermenêutica e cultura organizacional. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 72-83, out./dez.2002.
- JAPIASSÚ**, Hilton; **MARCONDES**, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- MORAES FILHO**, Evaristo. **Comte**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1989.
- OLIVEIRA**, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 1998.
- OUTHWAITE**, William; **BOTTOMORE**, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RODRIGUES, José Albertino. Durkheim. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

SAINT-PIERRE, Héctor L. Max Weber: entre a paixão e a razão. 3ª ed. Campinas: S.P.: Editora da UNICAMP, 1999.